



METROPOLITANO LIGEIRO DE MIRANDELA, S.A.

Handwritten signature in blue ink.



METROPOLITANO LIGEIRO DE MIRANDELA, S.A.

Relatório de Gestão Anual e Contas

Ano de 2023



Handwritten initials and a signature in blue ink, possibly 'AA' and a name, located in the top right corner of the page.

Ano de 2023

RELATÓRIO DE GESTÃO ANUAL

Senhores Acionistas,

Cumprindo as disposições legais, designadamente o disposto no Art.º 65.º do Código das Sociedades Comerciais, submetemos à V/ apreciação o nosso Relatório de Gestão reportado ao exercício de 2023, elaborado em conformidade com o Art.º 66.º desse mesmo Código.

INTRODUÇÃO

A Metropolitan Ligeiro de Mirandela, SA foi constituída em julho de 1995, tendo resultado de um projeto protagonizado pela Câmara Municipal de Mirandela e a CP.

Numa primeira fase e ao longo de vários anos, a atividade da empresa circunscreveu-se à exploração do troço Carvalhais/Cachão, cingindo-se, portanto, ao perímetro urbano da cidade de Mirandela. Mais tarde, a 21 de outubro de 2001, a MLM, SA celebrou um Contrato de Prestação de Serviços com a CP, mediante o qual a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros entre a estação de Mirandela e a estação do Tua seria feita pela própria MLM, sob a supervisão da CP. Por seu turno, a responsabilidade pela manutenção da linha correspondente ao referido troço caberia à então REFER, atual Infraestruturas de Portugal, na sua qualidade de proprietária dessa infraestrutura. Assim, à luz de tal contrato, competia à MLM executar todo o serviço de transporte ferroviário de passageiros ao longo do percurso Carvalhais/Tua.

Porém, por força do acidente que teve lugar no dia 22 de agosto de 2008 e na sequência do mesmo, a atividade da sociedade passou a circunscrever-se à exploração dos troços Mirandela-Carvalhais e Mirandela-Cachão, tipologia de exploração esta que se manteve até meados de 2012. Paralelamente, a MLM assegurou o transporte de passageiros, por rodovia, no espaço compreendido entre o Cachão e o Tua, através da subcontratação de um serviço de táxi, tendo em conta o encerramento do troço ferroviário correspondente. Por conseguinte, neste período a sociedade laborou com base em premissas ou pressupostos um tanto diferentes daqueles com base nos quais laborava no período anterior à ocorrência do referido acidente.

Em meados de 2012 a empresa assumiu a gestão e o transporte rodoviário de passageiros no perímetro urbano da cidade e sua periferia, competência que lhe foi conferida pelo Município de Mirandela. Neste domínio, à MLM passou a competir também a gestão e o serviço de transporte referidos, não sendo a proprietária de quaisquer bens ou recursos afetos ao mesmo. Por esse facto, todas e quaisquer despesas e encargos associados ao funcionamento desses bens e recursos, ou seja, à operação do serviço,



A
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

correram e correm por conta do respetivo proprietário, isto é, o Município, com exceção dos encargos com o pessoal; na verdade, todos os trabalhadores afetos à realização do serviço de transporte rodoviário pertencem ao quadro de pessoal da empresa, sendo que os correspondentes salários e encargos que lhes estão associados correm por conta desta.

A assunção da gestão do transporte rodoviário de passageiros, acabada de referir, teve lugar por força da desativação do troço Mirandela-Carvalhais, pelo que o transporte público de passageiros na malha urbana da cidade e periferia próxima passou a ser feito por rodovia. A laboração da empresa na base deste modelo – transporte rodoviário e ferroviário (este último no troço Mirandela-Cachão) – iniciou-se em meados de 2012 e prolongou-se até ao final de 2018.

No final de 2018 foi completamente desativado o transporte ferroviário de passageiros, passando a empresa a gerir toda a operação de transporte público apenas na modalidade rodovia, a qual, portanto, caracterizou o ano findo.

ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA

Comparativamente a 2022, a atividade operacional da empresa em 2023 pautou-se pelo seguinte:

- Em ambos os anos essa atividade decorreu em moldes idênticos, isto é, transportando passageiros com base nos mesmos meios e dentro do mesmo perímetro geográfico;
- Continuou o relacionamento comercial com o Município de Mirandela, consubstanciado no transporte escolar;
- A ligação comercial da MLM à CP processou-se do mesmo modo que em 2022, tendo ocorrido, para 2023, um ajustamento, em alta, do preço contratualizado;
- Continuou a ser assegurado o serviço de transporte de passageiros via táxi, sob gestão da MLM, direcionado para as zonas antigamente servidas por automotoras que circulavam na Linha do Tua;
- Também em 2023 a operação de transporte rodoviário de passageiros contou com a colaboração diária de terceiros contratados para o efeito, que não apenas o mencionado táxi, especializados nesta área.

Operando no setor dos transportes públicos de passageiros, numa perspetiva de serviço público, a atividade da MLM, SA tem sido marcada:

- Pela impossibilidade de dilatar os seus níveis de receita, considerando a reduzida dimensão do seu mercado, efetivo e potencial;
- Pela impossibilidade de proceder a um ajustamento em alta das suas tarifas, considerando o fraco nível de rendimento auferido pela população alvo das suas atividades e o nível geralmente baixo que acompanha o valor das tarifas dos transportes públicos, atendendo ao carácter social que é atribuído a esta tipologia de serviço;



Q
[Handwritten signature]

- Pela necessidade da disponibilização de melhores e mais modernos autocarros afetos ao transporte de passageiros, potenciando uma melhor qualidade do serviço prestado, a qual ampararia ou justificaria o incremento do tarifário; e,
- Pela incerteza associada à continuidade da sua atividade decorrente das sucessivas dificuldades na implementação do Plano de Mobilidade no Vale do Tua, gizado pouco tempo antes de se iniciar a construção da barragem no rio Tua.

VEÍCULOS LRV-2000

A MLM dispõe de duas automotoras da série USD VE 9500. Estes dois veículos encontram-se estacionados desde dezembro de 2018 nas oficinas afetas à empresa (ou anteriormente afetas), situadas em Carvalhais, em resultado do encerramento da operação do transporte por via-férrea a que já se aludiu.

Considerando o facto de estar completamente fora de hipótese o regresso ao transporte ferroviário, o destino destas automotoras passa pela sua alienação no estado em que presentemente se encontram.

ANÁLISE DAS CONTAS APRESENTADAS

Nos termos do artigo 66.º, nr. 4, do Código das Sociedades Comerciais, faz-se agora uma análise detalhada das principais grandezas de natureza económico-financeira que compõem as peças de tipo contabilístico respeitantes ao exercício ora relatado. Na verdade, sendo os Documentos de Prestação de Contas basicamente constituídos por peças de natureza contabilística, logo técnica, faz todo o sentido que se reserve um espaço próprio para se tecerem alguns comentários acerca do conteúdo de tais peças, procurando-se ressaltar o que de mais importante aconteceu na empresa do ponto de vista económico-financeiro.

A partir da Demonstração dos Resultados é possível extrair as seguintes conclusões, tomando por comparativo os dois anos anteriores a 2023:

Valores em Euros

	2021	%	2022	%	2023	%
Serviços Prestados	215.718,24		216.746,21		257.210,87	
Fornecimentos e Ser. Externos	99.104,23	45,94%	111.129,24	51,27%	118.276,51	45,98%
Gastos com o Pessoal	107.791,11	49,97%	98.375,48	45,39%	97.864,02	38,05%
Gastos de Depreciação e Amortização	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Outros Rendimentos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	4,00	0,00%
Outros Gastos	756,61	0,35%	3.674,97	1,70%	864,54	0,34%
Gastos e Perdas de Financiamento	4.785,89	2,22%	9.670,01	4,46%	41.459,86	16,12%
Resultado Líquido do período	3.020,77	1,40%	-5.508,44	-2,54%	-1.312,00	-0,51%

Nota: Os valores percentuais foram calculados com referência ao valor dos serviços prestados



Q

Observando a tabela supra, concluímos que o desempenho da empresa no ano de 2023 apresenta várias diferenças em comparação com o de 2022 e com o de 2021.

Pormenorizando o ocorrido em 2023 em termos de rendimentos, gastos e resultados, numa base comparativa com o histórico correspondente, vejamos:

a) O valor dos Fornecimentos e Serviços Externos apresenta um crescimento ao longo do triénio apresentado, chegando a 118.276,51€ em 2023. Em termos absolutos, o aumento comparado a 2022 foi de 7.147,27€; em simultâneo e em termos relativos, o valor desses Fornecimentos e Serviços aumentou 6,43%, aproximadamente. Na base deste aumento encontram-se os serviços de transportes contratados à Rodonorte, Lda e os serviços de táxi.

b) O quadro do pessoal sofreu alteração quanto ao número de efetivos, passando a ser apenas 5 colaboradores, sendo que o formato da prestação de trabalho manteve-se idêntico ao longo do triénio. Comparado com o ano de 2022, os gastos com pessoal apresentam uma redução de 511,46€.

c) Tal como sucedido desde há vários períodos, não se registou qualquer gasto com Depreciações no ano findo. Esta circunstância decorre do facto de todos os Ativos Fixos detidos pela MLM já terem atingido o término do seu período de vida útil, a que se junta o facto de não se terem verificado aquisições deste tipo de Ativos ao longo dos últimos anos;

d) O valor dos Gastos de Financiamento aumentou significativamente em 2023, atingindo o valor de 41.459,86€. Este facto radica na alteração registada ao nível do quantitativo das taxas Euribor, sendo certo que este tipo de Gastos suportados pela empresa está indexado à Euribor;

e) Ocorreu uma diminuição da rubrica “Outros Gastos”, comparando com o ano de 2022, estando este valor maioritariamente ligado às taxas de justiça dos processos judiciais em curso.

No tocante ao comportamento dos rendimentos obtidos pela firma em 2023, foram prestados serviços no valor de 257.210,87€, registando-se assim um aumento de 40.464,66€ na comparação com o ano de 2022, muito à custa do incremento do valor anual do contrato de prestação de serviços celebrado com a CP.

O Resultado Líquido do Período em 2023 apresentou um valor negativo de 1.312,00€, em parte justificado pelo aumento dos custos variáveis praticados no decorrer do ano.



Handwritten initials and signatures in blue ink.

Com respeito à situação financeira da sociedade, a mesma caracteriza-se pelo já clássico desequilíbrio de longo prazo, motivado pelas responsabilidades financeiras perante a CP decorrentes da compra, a esta última, do material circulante.

Numa perspetiva de curto prazo, dúvidas não podem restar quanto à boa situação financeira da empresa, tal como tem acontecido nos últimos anos, apresentando-se, nesta altura, perfeitamente equilibrada. Este equilíbrio é bem visível pela relação entre o valor dos seus ativos e passivos de curto prazo, excluindo-se desta análise a enorme dívida à CP resultante da aquisição das automotoras. Claro está que esta melhoria tem por base os Resultados mais ou menos equilibrados que se têm verificado em alguns destes últimos anos, sendo certo que os prejuízos incorridos noutros períodos têm sido cobertos pelos acionistas.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Nos termos da alínea f) do número 5 do Art.º 66.º do CSC, vem o Conselho de Administração apresentar a sua proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2023. Assim, propõe o Conselho de Administração que o Resultado Antes de Impostos, no valor de – 1.250,06 €, seja integralmente coberto pelos dois acionistas, na proporção que cada um detém no capital da empresa.

A lógica subjacente a esta proposta repousa no disposto no número 2 do artigo 40º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, onde se aponta para a obrigatoriedade de os sócios das empresas locais procederem à cobertura desta categoria de Resultados, quando estes se apresentam negativos.

Quanto aos 61,94 € respeitantes ao imposto sobre o rendimento do período e correspondente efeito negativo sobre o Resultado Líquido, deverá esta importância ser transferida para Resultados Transitados.

PERSPETIVAS

No que respeita ao tema da continuidade da empresa, há que destacar o seguinte:

(i) A mobilidade na Linha do Tua, no troço que ainda é passível de utilização e no qual foram investidas várias centenas de milhares de euros, encontra-se atualmente num impasse, por força da desistência do operador externo selecionado que a pretendia concretizar. Nesta altura, a Agência para o Desenvolvimento do Vale do Tua estuda a melhor alternativa para a utilização da Linha, em condições de viabilidade financeira e de segurança, potenciando o uso do canal rodoviário e outras infraestruturas que a compõem. Perante o facto de pouco ou nada se saber quanto à configuração de uma solução ligada à citada utilização, a continuidade da MLM no contexto de uma solução



2
[Handwritten signature]

de mobilidade que passe pela utilização do canal ferroviário ora em causa é uma completa incógnita;

(ii) Com base nos valores do Balanço da empresa no final de 2023 e no que se projeta para a sua exploração, é possível afirmar que esta dispõe de condições para liquidar os seus passivos presentes, bem como aqueles que se forem formando no decurso normal das suas operações. Porém, tal só será possível se:

- For mantido o contrato de prestação de serviços firmado com a CP, sendo honrado por ambas as partes, e;
- Não forem necessários investimentos na operação que corram por conta da empresa.

A capacidade da empresa para liquidar os seus Passivos, acima explicitada, não inclui a dívida para com o acionista CP. Esta, pela sua magnitude, origem e história, tem de ser encarada numa perspetiva de negociação entre acionistas, desgarrada da atividade normal da MLM.

Estas considerações trazem à evidência a precariedade do pressuposto da continuidade da atividade da MLM, não estando, contudo, em causa esse pressuposto num horizonte temporal de curto prazo.

Fora da questão da continuidade da empresa e não havendo alteração das circunstâncias, prevê-se que o ano de 2024 corra nos mesmos moldes em que correu o ano transato.

OUTRAS INFORMAÇÕES

- Dando cumprimento ao disposto nos Art.º 2.º do Dec. Lei n.º 534/80, de 7 de novembro e 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, declara-se que não existem dívidas em mora à Segurança Social, à Autoridade Tributária e Aduaneira, nem existem dívidas vencidas para com os trabalhadores;

- Declara-se que, após o termo do exercício e dando satisfação ao estipulado na alínea b) do n.º 5 do Art.º 66.º do CSC, não ocorreram factos que mereçam referência.

- Não foram concedidas autorizações para a celebração de negócios entre a empresa e os membros do seu Conselho de Administração - Artigo 397.º do CSC (alínea e) do número 5 do art.º 66.º do CSC);

- A empresa não possui sucursais, no país ou no estrangeiro (alínea g) do número 5 do art.º 66.º, do CSC);

- Não existem riscos de preço, considerando a tipologia da atividade exercida pela empresa;



- Quanto ao risco de crédito, a nível bancário a questão não se coloca, na medida em que a empresa não tem condições para aceder a esta tipologia de crédito.

O crédito sobre clientes não apresenta quaisquer riscos.

A empresa enfrenta riscos temporários de liquidez e de fluxos de caixa, considerando o atraso frequente que se verifica nos recebimentos oriundos do cliente CP.

- A empresa encontra-se numa situação de perda de metade do seu capital social, pelo que está obrigada a cumprir o disposto na parte final do número 1 e no número 3, ambos do Artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais.

A este respeito, a empresa encontra-se a aguardar pela clarificação daquilo que poderá vir a ser o modelo a adotar quanto à mobilidade das populações do concelho, sendo que, na sequência de tal clarificação, será decidido o futuro da mesma.

Mirandela, 11 de março de 2024

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Presidente

O Administrador por parte da CP

O Administrador-Delegado



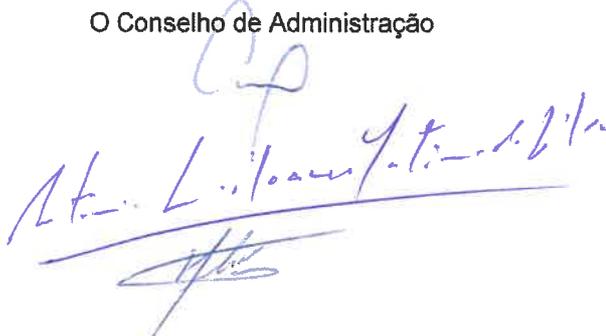
4/15

Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31.12.2023 e 31.12.2022

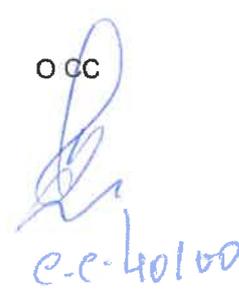
Unidade monetária: €

RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	Períodos	
			2023	2022
Vendas e serviços prestados	+	22	257 210,87	216 746,21
Fornecimentos e serviços externos	-		(118 276,51)	(111 129,24)
Gastos com pessoal	-		(97 864,02)	(98 375,48)
Outros rendimentos	+		4,00	632,05
Outros gastos	-		(864,54)	(3 674,97)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		40 209,80	4 198,57
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		40 209,80	4 198,57
Juros e gastos similares suportados	-		(41 459,86)	(9 670,01)
Resultado antes de impostos	=		(1 250,06)	(5 471,44)
Imposto sobre rendimento do período	-/+	27	(61,94)	(37,00)
Resultado líquido do período	=		(1 312,00)	(5 508,44)

O Conselho de Administração



O CC





9
[Handwritten signature]

Balanço em 31.12.2023 e 31.12.2022

Unidade monetária: €

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31.12.2023	31.12.2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Outros investimentos financeiros		1 050,89	1 050,89
		1 050,89	1 050,89
Ativo corrente			
Clientes	4	821,91	1 765,41
Estado e outros entes públicos		8 461,93	916,73
Outros créditos a receber	4	237 534,00	431,81
Caixa e depósitos bancários	5	18 539,04	268 537,67
		265 356,88	271 651,62
Total do ATIVO		266 407,77	272 702,51
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	7; 29	125 000,00	125 000,00
Resultados transitados	29	(1 692 568,62)	(1 692 531,62)
Resultado líquido do período	29	(1 312,00)	(5 508,44)
		(1 568 880,62)	(1 573 040,06)
Total do Capital Próprio		(1 568 880,62)	(1 573 040,06)
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	4	31 149,15	43 020,97
Estado e outros entes públicos		1 956,71	39 345,37
Outras dívidas a pagar	29	1 802 182,53	1 763 376,23
		1 835 288,39	1 845 742,57
Total do Passivo		1 835 288,39	1 845 742,57
Total do Capital Próprio e do Passivo		266 407,77	272 702,51

O Conselho de Administração

O CC

António Luís Fernandes de Brito

[Handwritten signature]
e-e-40100



9
H
H

Demonstração de fluxos de caixa do período findo em 31.12.2023 e 31.12.2022

Rubricas	NOTAS	Unidade monetária: €	
		2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes	+	23 058,98	263 136,87
Pagamentos a Fornecedores	-	-139 356,07	-127 972,39
Pagamentos ao Pessoal	-	-99 608,18	-97 817,37
Caixa gerada pelas operações	+/-	-215 905,27	37 347,11
Pagamento/Recebimento de imposto sobre o rendimento	+/-	734,00	-838,00
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	-39 593,98	-37 590,98
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	+/-	-254 765,25	-1 081,87
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a :			
Investimentos financeiros	-	-157,68	-147,62
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-	-157,68	-147,62
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de :			
Cobertura de prejuizos	+	4 924,30	
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	+	4 924,30	0,00
Variação de Caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)	+	-249 998,63	-1 229,49
Efeito das diferenças de câmbio	+		
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	268 537,67	269 767,16
Caixa e seus equivalentes no fim do período		18 539,04	268 537,67

O Conselho de Administração

OCC

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
e.c. 40100



METROPOLITANO LIGEIRO DE MIRANDELA, S.A.

Demonstração das alterações no capital próprio no período 2022

Unidade monetária: €

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio		
		Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período			Total	
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022 (1)	29	125 000,00											3 020,77	(1 567 531,62)	(1 567 531,62)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO (2)															
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)	29													(5 508,44)	(5 508,44)
RESULTADO INTEGRAL (4=2+3)														(5 508,44)	(5 508,44)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Distribuições													3 020,77		
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2022 (6=1+2+3+5)	29	125 000,00											3 020,77	(1 573 040,06)	(1 573 040,06)

O Conselho de Administração

O CC

[Handwritten signature]
c-c-60100

[Handwritten signature]
A. Ligeiro de Mirandela



ANO DE 2023

**ANEXO
(modelo geral)**

As notas que integram o modelo geral do Anexo do SNC e que aqui não foram inseridas não têm aplicação ao caso

1 – Identificação da entidade

1.1 – Designação da entidade

Metropolitano Ligeiro de Mirandela, SA
NIPC 503 518 794

1.2 – Sede

Rua D. Afonso III
5370 – 408 Mirandela

1.3 – Natureza da atividade

A Metropolitano Ligeiro de Mirandela, SA iniciou a sua atividade em julho de 1995, tendo resultado de um projeto que juntou a Câmara Municipal de Mirandela e a CP. Esta junção culminou com a participação no capital da MLM, SA de ambas as entidades, detendo a primeira 90% do mesmo e a segunda 10%, assim se constituindo, naquele ano, esta sociedade.

À data, o objeto da sociedade consistia na prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros numa parte da linha do Tua.

Numa primeira fase e ao longo de vários anos, a atividade da empresa circunscreveu-se à exploração do troço Carvalhais/Cachão, cingindo-se, portanto, ao perímetro urbano da cidade de Mirandela e periferia próxima. Mais tarde, a 21 de outubro de 2001, a MLM, SA celebrou um Contrato de Prestação de Serviços com a CP, mediante o qual a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros entre a estação de Mirandela e a estação do Tua, na margem do Douro, seria feita pela própria MLM, sob a supervisão da CP. Por seu turno, a responsabilidade pela manutenção da linha correspondente ao referido troço caberia à antiga REFER, atual Infraestruturas de Portugal, na sua qualidade de proprietária dessa infraestrutura.

Por conseguinte, na prática, cabia à MLM executar todo o serviço de transporte ferroviário ao longo do troço Carvalhais/Tua.

Porém, por força do acidente que teve lugar no dia 22 de agosto de 2008 e na sequência do mesmo, a atividade da sociedade passou a circunscrever-se à exploração dos troços Mirandela-Carvalhais e Mirandela-Cachão.



Entretanto, desde meados de 2012 que a empresa vem assumindo a gestão dos transportes rodoviários no perímetro urbano da cidade e sua periferia, tarefa que lhe foi conferida pelo Município de Mirandela. Neste domínio, à MLM compete a gestão do mencionado serviço, não sendo a proprietária de quaisquer bens ou recursos afetos ao mesmo. Por esse facto, todas e quaisquer despesas e encargos associados ao funcionamento desses bens e recursos, ou seja, à operação do serviço, correm por conta do respetivo proprietário, isto é, o Município, à exceção das despesas relacionadas com o pessoal afeto ao dito serviço de transporte.

No final de 2018 a MLM deixou de efetuar o transporte ferroviário de passageiros, tendo as populações beneficiadas pelo serviço descontinuado passado a ser servidas por transporte rodoviário, o qual é efetuado mediante o aluguer de uma viatura com condutor a uma entidade terceira, cujo custo daí decorrente é suportado pela própria MLM.

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 – As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística aprovado pelo decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, para além de outros dispositivos legais, tendo sido adotada a Norma Contabilística e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística (NCRF) constante do Aviso n.º 8256/2015, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 146, de 29 de julho de 2015, face ao disposto no Artigo 31.º-A da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, aditado pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro.

2.2 – *Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.*

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 – *Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.*

Todas as contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com as do período anterior.

3 – Principais políticas contabilísticas

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa efetuados de acordo com o referencial geral do SNC em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras, e têm por base o modelo do custo histórico.



3.2- Outras políticas contabilísticas relevantes

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são mesurados pelo modelo do custo, o qual consiste na sua escrituração pelo custo de aquisição, que inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionamento, menos qualquer depreciação acumulada e menos quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas a partir do momento em que os bens se encontram em condições de ser utilizados, de acordo com o modelo da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

No caso concreto do exercício de 2023, não se contabilizaram quaisquer depreciações relativas a Ativos Fixos Tangíveis, na medida em que os elementos correspondentes já não apresentavam valor líquido escriturado no início desse exercício, tal como vem sucedendo nos últimos anos.

Investimentos financeiros

Os investimentos detidos pela entidade encontram-se mensurados pelo seu custo. Tais investimentos apenas incluem as contribuições de carácter obrigatório para o Fundo de Compensação do Trabalho e a sua detenção tem carácter de continuidade e/ou permanência, não se destinando a ser vendidos no decurso normal das operações da entidade. A partir de 01 de maio de 2023 as contribuições para o Fundo de Compensação do Trabalho ficaram suspensas com a publicação da Lei nº 13/2023. Se existe evidência de que os mesmos se encontram em imparidade procede-se ao registo da mesma, calculada com base na evidência que indique que a quantia, total ou parcial, não venha a ser recuperada. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo revertidas também por resultados, caso se verifique uma redução do montante da perda estimada num período posterior.

A quantia escriturada não foi ajustada para o correspondente valor de mercado no final do ano, por tal ajustamento se revelar imaterial.

Imparidade de ativos

A empresa realiza testes de imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual os vários ativos se encontram registados nas demonstrações financeiras poderá não ser recuperável.

Sempre que o valor recuperável de determinado ativo é inferior ao seu valor escriturado, é registada a respetiva perda por imparidade em resultados na rubrica “Perdas por imparidade”.

Posteriormente, se a imparidade diminuir, é registada a correspondente reversão da perda por imparidade.

Ativos e passivos financeiros



Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro. Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo, deduzido de qualquer perda por imparidade.

Contas a receber

Se é expectável que a cobrança de saldos de clientes e outras contas a receber ocorra dentro de um ano ou menos, ou se são relacionados com a atividade operacional, estas contas são classificadas como ativo corrente. Caso contrário, são classificadas como ativo não corrente.

As contas a receber não têm implícito juro e são apresentadas pelo respetivo valor nominal deduzidas de perdas por imparidade, calculadas com base no risco de cobrabilidade e na antiguidade.

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo pelo valor nominal recebido. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados em resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os juros vencidos e não pagos à data do balanço são classificados na rubrica de “Outras contas a pagar”.

Contas a pagar

As contas a pagar englobam os saldos de fornecedores e outros credores e são responsabilidades assumidas no decurso normal da atividade. Se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos são classificadas como passivo corrente. Caso contrário, são classificadas como passivo não corrente.

As contas a pagar são registadas pelo seu valor nominal.

Rendimentos e gastos / Acréscimos e diferimentos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem, independentemente do seu recebimento ou pagamento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos (acréscimos de rendimentos ou gastos a reconhecer) ou passivos (rendimentos a reconhecer ou acréscimos de gastos).



3.3- Principais pressupostos relativos ao futuro que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte.

A entidade preparou as suas Demonstrações Financeiras no pressuposto da continuidade das suas operações, sendo que até ao final do ano corrente tudo leva a crer que tal continuidade não está em causa. Contudo, no futuro mais distante e tendo em conta a indefinição em torno do modelo de exploração do transporte ferroviário na Linha do Tua, no troço operacional, decorrente da desistência do operador que havia sido selecionado para executar o serviço, não é possível pormenorizar como se assume tal continuidade.

3.4 - Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte.

Não existem fontes de incerteza relevantes com relação às estimativas efetuadas.

Porém, ver o descrito no ponto “23 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”.

4 – Fluxos de caixa

4.1 - Os montantes incluídos nas rubricas de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e/ou outras aplicações de tesouraria que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor. Os saldos de caixa estão integralmente disponíveis para utilização. Eventuais descobertos bancários são incluídos no balanço na rubrica de “Financiamentos obtidos”.

4.2 – O saldo apresentado na rubrica “Caixa e Depósitos Bancários” do Balanço é composto pelos seguintes valores desagregados:

- Saldo de caixa: 658,72€;
- Saldo bancário: 17.880,32€

(valores expressos em euros)

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31.12.2023			31.12.2022		
		Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Caixa	Numerário	658,72		658,72	502,99		502,99
	...						
	Subtotais	658,72		658,72	502,99		502,99
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	17.880,32		17.880,32	268.034,68		268.034,68
	...						
	Subtotais	17.880,32		17.880,32	268.034,68		268.034,68
Outros equivalentes de caixa	...						
	Subtotais						
Totais		18.539,04		18.539,04	268.537,67		268.537,67



5 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

5.1 - Não ocorreu qualquer alteração nas políticas contabilísticas da entidade no ano de 2023 e 2022.

5.2 – Não ocorreram erros materiais de períodos anteriores que afetem o exercido de 2023.

6 – Partes relacionadas

6.1 – Relacionamento com partes relacionadas

O capital social da entidade está repartido pelas seguintes entidades:

- Câmara Municipal de Mirandela, detentora de 90% do capital social;
- Comboios de Portugal (CP), detentora de 10% do capital social.

6.2 – Remuneração do pessoal chave da gestão

O pessoal da gestão não auferiu qualquer remuneração, seja ele a que título for.

6.3 – Transações entre partes relacionadas

A informação constante deste ponto refere-se aos negócios estabelecidos entre a entidade e os seus acionistas (CP e Município de Mirandela). Tais negócios reportam-se aos serviços prestados por aquela a estes, no decurso normal das suas operações.

(valores expressos em euros)

Transações com as partes relacionadas		Período 2023		Período 2022	
		Prest. Serviços	...	Prest. Serviços	...
Empresa-mãe	Acionista maioritário	3 425,94		3 911,32	
	Subtotais	3 425,94		3 911,32	
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a entidade	Acionista minoritário	237 522,00		195 882,05	
	Subtotais	237 522,00		195 882,05	
Subsidiárias	...				
	Subtotais				
Associadas	...				
	Subtotais				
Empreendimentos conjuntos nos quais a entidade empreende	...				
	Subtotais				
Pessoal chave da gestão da entidade ou da entidade-mãe	...				
	Subtotais				
Outras partes relacionadas	...				
	Subtotais				
Totais		240 947,94		199 793,37	



(valores em milhares de euros)

Quantas das perdas pendentes com o acionista maioritário, respectivas perdas por imparidade acumuladas e gastos reconhecidos a respeito de dividendos intercorridos ou de concessão de dividendos a favor do acionista	Período 2023					Período 2022						
	Saldo pendente em 31.12.2023			Perdas por imparidade relacionadas com os saldos pendentes		Gastos de reconhecimentos do período	Saldo pendente em 31.12.2022			Perdas por imparidade relacionadas com os saldos pendentes		Gastos de reconhecimentos do período
	Cientes do comércio	Financiamentos outrossim	Outros credores	Reversões ou reservas no período	Quantas acumuladas no fim do período		Cientes do comércio	Financiamentos outrossim	Outros credores	Reversões ou reservas no período	Quantas acumuladas no fim do período	
Acionista maioritário	376,80					1.500,00						
Subtotal	376,80					1.500,00						
Em dívida com o comércio conjunto ou afiliação e gráficas sobre a entidade	249,41		-1.770.660,41			249,41		-1.749.809,51				
Subtotal	249,41		-1.770.660,41			249,41		-1.749.809,51				
Subtotal												
Associações												
Subtotal												
Empresas e outros conjuntos nos quais a entidade detém participação												
Subtotal												
Perdas por imparidade em dívida da entidade												
Subtotal												
Outras perdas reconhecidas												
Subtotal												
Total	626,21		-1.770.660,41			1.749,41		-1.749.809,51				

O valor inscrito no Balanço na rubrica “Outros credores” respeita, quase todo ele, ao débito da entidade ao acionista CP (mencionado na tabela supra, enquanto acionista minoritário) decorrente da aquisição de quatro automotoras, a que acresce o valor dos juros que este periodicamente debita àquela sobre o capital em dívida resultante da dita aquisição.

As transações estabelecidas com o acionista maioritário foram executadas em condições normais de mercado, na medida em que tiveram lugar como se de um qualquer terceiro se tratasse. Relativamente às transações estabelecidas com o acionista minoritário, não existem comparativos de mercado.

7 - Ativos fixos tangíveis:

Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

a) Bases de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta.

A base de mensuração usada assenta no custo histórico dos ativos fixos tangíveis, deduzido de qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b) Métodos de depreciação usados.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis foram calculadas numa base sistemática, segundo o método da linha reta.

No ano de 2023 não foram contabilizadas quaisquer depreciações, em virtude de os elementos que compõem o Ativo Fixo Tangível já se encontrar totalmente depreciado.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas.



Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos ativos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros ativos fixos tangíveis
		Terrenos	Edifícios					
Vidas úteis			10 anos	6-14 anos		4-8 anos		4-8 anos
Taxas de depreciação			10,00%	7,14-16,66%		12,50-25,00%		12,50-25,00%
Métodos de depreciação			Linha reta	Linha reta		Linha reta		Linha reta

d) *Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.*

(valores expressos em euros)

Ativos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamento biológicos	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Totais
		Terrenos	Edifícios							
Em 01-01-2022			193,12	692.188,19		32.268,49		3.552,82		728.202,62
	Quantias brutas escrituradas									
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas		193,12	692.188,19		32.268,49		3.552,82		728.202,62
Quantias líquidas escrituradas										
Adições										
Transferências										
Reclassificações para ativos não correntes detidos para venda										
Alienações, sinistros e abates										
Outras alterações										
Depreciações										
Anulação de depreciações por alienações, sinistros e abates										
Perdas por imparidade										
Em 31-12-2022 (01-01-2023)			193,12	692.188,19		32.268,49		3.552,82		728.202,62
	Quantias brutas escrituradas									
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas		193,12	692.188,19		32.268,49		3.552,82		728.202,62
Quantias líquidas escrituradas										
Adições										
Transferências										
Reclassificações para ativos não correntes detidos para venda										
Alienações, sinistros e abates										
Outras alterações										
Depreciações										
Anulação de depreciações por alienações, sinistros e abates										
Perdas por imparidade										
Em 31-12-2023			193,12	692.188,19		32.268,49		3.552,82		728.202,62
	Quantias brutas escrituradas									
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas		193,12	692.188,19		32.268,49		3.552,82		728.202,62
Quantias líquidas escrituradas										

Os valores inscritos em “Depreciações e perdas por imparidade acumuladas” dizem apenas respeito a Depreciações, na medida em que não se verificaram perdas por imparidade.

O material circulante ao serviço da entidade já não se encontra em operação há vários anos. Está posta de parte a possibilidade de esse material vir a operar de novo sob a gestão e responsabilidade da MLM.

Desconhece-se o valor de mercado do referido material.

8 - Rédito

8.1 — *Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito, incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.*



Handwritten signatures and initials in blue ink.

O rédito é mensurado pelo valor nominal da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA nem outros impostos liquidados relacionados com a prestação de serviços. No que se refere aos réditos provenientes dos serviços prestados, o reconhecimento dos mesmos é feito com base nos valores faturados aos clientes, decorrentes de tais serviços. A faturação dos serviços ou tem lugar imediatamente após a consumação da respetiva prestação, ou, quando de carácter continuado, no último dia do mês a que diz respeito. Os serviços prestados à CP são faturados quando esta reúne condições para rececionar a fatura respetiva, sendo, de qualquer modo, o rendimento associado reconhecido no ano a que diz respeito.

Os restantes réditos são reconhecidos imediatamente após o recebimento respetivo ou quando se constitui o direito à sua percepção, conforme as situações em concreto.

8.2 – Quantias de cada categoria significativa de rédito reconhecida no período

(valores expressos em euros)

Quantias dos réditos reconhecidas no período	Período 2023			Período 2022		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
Venda @ bens						
Prestação de serviços	257.210,87	100,00%	18,67%	216.746,21	100,00%	0,48%
Juros						
Royalties						
Dividendos						
Totais	257.210,87	100,00%	18,67%	216.746,21	100,00%	0,48%

9 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

a) Correm termos dois Processos Judiciais em que a entidade figura como Ré, dela se reclamando o pagamento de indemnizações de valor relativamente avultado. Em tais Processos, para além da MLM, constam outros Réus, os quais também respondem, solidariamente, pelas indemnizações peticionadas.

Face, sobretudo, à dificuldade em se apurar os valores indemnizatórios eventualmente imputáveis à MLM no caso de vir a ser judicial e efetivamente condenada e à ideia de que é mediana a possibilidade de tal suceder, não foi constituída qualquer provisão a este propósito.

De todo o modo, estando-se aqui perante um passivo contingente e de valor importante, informa-se que o valor total das Ações Judiciais que correm termos contra a MLM, envolvendo, também e de forma solidária, outros Réus é de aproximadamente 300.000,00 €;

b) Corre termos outro processo judicial de natureza laboral contra a empresa, no qual a Autora reclama o pagamento da importância de quase 70.000,00 €, fundamentando tal reclamação no direito que lhe assiste a diferenças remuneratórias resultantes do reposicionamento funcional a que, alegadamente, tem direito.



(Handwritten signatures and initials in blue ink)

Não foi reconhecida qualquer Provisão a este propósito, já que é mediana a probabilidade de a empresa vir a ser condenada.

10 — Acontecimentos após a data do balanço

10.1 — Autorização para emissão

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou.

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Administração no dia 11 de março de 2024.

b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.

Apenas os proprietários têm esse poder.

10.2 – Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço:

Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Não foram recebidas informações dessa ordem.

11 - Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento reconhecido nas demonstrações financeiras resulta apenas do imposto corrente, não havendo motivos para a contabilização de impostos diferidos. O gasto de imposto é registado em resultados.

O imposto corrente é calculado com base nos respetivos resultados tributáveis, de acordo com as regras fiscais em vigor vigentes à data do balanço, sendo que o resultado tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui gastos e/ou rendimentos que nunca serão tributáveis.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais podem ser sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da empresa dos anos de 2020 a 2023 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão, não sendo expectável, contudo, que, de tais revisões, resultem correções materiais às presentes demonstrações financeiras.



(Handwritten signatures and initials)

(valores expressos em euros)

Demonstração do relacionamento entre o lucro contabilístico e os gastos / (rendimentos) de impostos				Período 2023				
				Base	Imposto	Base	Taxa	Imposto
Produto do lucro contabilístico (Resultado antes de impostos) multiplicado pela(s) taxa(s) de imposto aplicável(eis)	Resultado líquido do período		1	-	-1.312,00			
	Gastos / (rendimentos) de impostos		2	-	61,94			
	Resultado antes de impostos		3=1+2	3	-1.250,06			
Ajustamentos para o lucro tributável	Diferenças definitivas	A acrescentar	Correção Ex. Anteriores		4			
			Var. Patrimónias positivas					
			Multas Fiscais e Não Fiscais			47,00		
		A deduzir	Correção Ex. Anteriores		5			
	Diferenças temporárias	A acrescentar	...		6			
		A deduzir	...		7			
	Lucro / (Prejuízo fiscal)			8=3+4-5+6-7	-1.203,06			
Dedução de perdas fiscais			9					
Matéria coletável / coleta			10=8-9	0,00				
Benefícios fiscais por dedução à coleta			11					
Outras componentes do imposto			Tributação autónoma		12	1.238,83	0,05	61,94
			Derrama		12			
			...		12			
Imposto corrente			3	13=10-11+12	1.238,83	0,05	61,94	
Imposto diferido			dos ativos e dos passivos diferidos		14			
Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores			-	15				
Gastos / (rendimentos) de impostos e taxa efetiva média			3	16=13-14-15	1.238,83	0,05	61,94	

O gasto por imposto corrente da entidade no exercício de 2023 é de 61,94 € sendo que o mesmo gasto referente a 2022 ascendeu a 37,00€

12 - Instrumentos financeiros

Políticas contabilísticas

12.1 — Bases de mensuração e utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

Todos os ativos e passivos financeiros encontram-se escriturados pelo seu custo. A entidade encontra-se em incumprimento desde há muito tempo com relação ao pagamento de um fornecimento de equipamento básico que lhe foi efetuado. O valor do débito nestas condições em 31/12/2023 ascende a 1.770.660,40 €.

Categorias de ativos e passivos financeiros

12.2 Quantia escriturada de cada categoria de ativos e passivos financeiros



(Handwritten signatures and initials)

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros		31.12.2023			31.12.2022			
		Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	
Ativos financeiros	Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida em resultados	...						
		Subtotais						
	Ativos financeiros ao custo ou custo amortizado menos imparidade	Clientes	821,91		821,91	1.765,41		1.765,41
		E.O.E.P	8.461,93		8.461,93	916,73		916,73
		Outros ativos correntes	237.534,00		237.534,00	431,81		431,81
		Caixa e depósitos bancários	18.539,04		18.539,04	268.537,67		268.537,67
		Investimentos financeiros	1.050,89		1.050,89	1.050,89		1.050,89
		Subtotais	266.407,77		266.407,77	272.702,51		272.702,51
	Instrumentos de capital próprio mensurados ao custo	...						
		Subtotais						
	Totais	266.407,77		266.407,77	272.702,51		272.702,51	
Passivos financeiros	Passivos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida	...						
		Subtotais						
	Passivos financeiros mensurados ao custo ou custo amortizado	Fornecedores	31.149,15		31.149,15	43.020,97		43.020,97
		E.O.E.P	1.956,71		1.956,71	39.345,37		39.345,37
		Outros passivos correntes	1.802.182,53		1.802.182,53	1.763.376,23		1.763.376,23
			Subtotais	1.835.288,39		1.835.288,39	1.845.742,57	
	Compromissos de empréstimo mensurados ao custo menos imparidade	Financiamentos obtidos						
	Subtotais							
	Totais	1.835.288,39		1.835.288,39	1.845.742,57		1.845.742,57	

Instrumentos de capital próprio

12.3 — *Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização.*

O valor nominal do capital social é de 125.000,00 €, encontrando-se totalmente realizado.

12.4 — *Número e o valor nominal ou, na falta de valor nominal, o valor contabilístico das ações ou quotas subscritas durante o período dentro dos limites do capital autorizado.*

Durante o período não foram subscritas quaisquer ações.

12.5 — *Reconciliação, para cada classe de ações, entre o número de ações em circulação no início e no fim do período.*

O número de ações em circulação no início e no fim do período não se alterou, sendo de 25.000.

Existe apenas uma classe de ações.

12.6 — *Quantias de aumentos de capital realizados no período e a dedução efetuada como custos de emissão.*

Não foi realizado qualquer aumento de capital no período.

12.7 — *Outras informações relativas ao capital próprio.*



Handwritten signatures and initials in blue ink.

(valores expressos em euros)

Movimentos ocorridos nas rubricas do capital próprio	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Totais
Saldo 31.12.2021 (01.01.2022)	125.000,00			-1.695.552,39		3.020,77	-1.567.531,62
Aumentos (reduções) do capital							0,00
Aquisições (alienações) de quotas próprias							0,00
Realização (reembolso) de outros instrumentos de capital próprio							0,00
Primeira adoção da Norma Contabilística para Microentidades							0,00
Correções de erros de período dos anteriores							0,00
(Distribuições) de resultados e reservas							0,00
Entradas para cobertura de perdas							0,00
Aplicação do resultado líquido do período anterior				3.020,77		-3.020,77	0,00
Resultado líquido do período						-5.508,44	-5.508,44
...							0,00
Saldo 31.12.2022 (01.01.2023)	125.000,00			-1.692.531,62		-5.508,44	-1.573.040,06
Aumentos (reduções) do capital							0,00
Aquisições (alienações) de quotas próprias							0,00
Realização (reembolso) de outros instrumentos de capital próprio							0,00
Primeira adoção da Norma Contabilística para Microentidades							0,00
Correções de erros de período dos anteriores							0,00
(Distribuições) de resultados e reservas							0,00
Entradas para cobertura de perdas				5.471,44			5.471,44
Aplicação do resultado líquido do período anterior				-5.508,44		5.508,44	0,00
Resultado líquido do período						-1.312,00	-1.312,00
...							0,00
Saldo 31.12.2023	125.000,00	0,00	0,00	-1.692.568,62	0,00	-1.312,00	-1.568.880,62

13 — Benefícios dos empregados

Número médio de empregados durante o período, ventilado por categorias, e os gastos de pessoal relativos ao período, repartidos entre salários e vencimentos, encargos sociais e encargos com pensões.

O número médio de empregados nos dois últimos períodos foi de 6 colaboradores. Porém, em outubro de 2023, um dos funcionários passou à situação de reformado, levando a que o quadro passe a deter apenas 5 colaboradores.

Do total dos empregados, um deles desempenha unicamente funções administrativas, sendo que todos os restantes estão afetos à atividade operacional da empresa.

(valores expressos em euros)

Gastos com o pessoal	Período 2023	Período 2022
Remunerações do pessoal	79 895,10	79 933,14
Encargos sobre remunerações	16 720,86	17 198,75
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	1 248,06	1 223,02
Outros gastos com o pessoal		20,57
Totais	97 864,02	98 375,48



14 – Divulgações exigidas por outros diplomas legais

a) Honorários respeitantes ao Fiscal Único (sem IVA).

(valores expressos em euros)

Honorários faturados pelos revisores oficiais de contas	Período 2023			Período 2022		
	Honorários faturas	Efeitos das periodizações	Totais	Honorários faturas	Efeitos das periodizações	Totais
Revisão legal das contas	2.400,00		2.400,00	2.400,00		2.400,00
Serviços de garantia de fiabilidade						
Consultoria fiscal						
Outros serviços						
Totais	2.400,00		2.400,00	2.400,00		2.400,00

Os membros do Conselho de Administração não auferem qualquer tipo de remuneração na empresa.

b) Dívidas ao Estado e aos trabalhadores em situação de mora.

Não existem quaisquer dívidas nestas condições (quer à AT, Segurança Social, quer aos trabalhadores).

15 – Outras informações

15.1 — *Quantias que se espera sejam recuperadas ou liquidadas num prazo superior a doze meses para cada linha de item de ativo e de passivo que combine quantias que se espera sejam recuperadas ou liquidadas: i) até doze meses após a data do balanço; e ii) após doze meses da data do balanço.*

Espera-se que todas as quantias sejam recuperadas e liquidadas num prazo de até doze meses.

A exceção prende-se com a dívida ao acionista minoritário, já mencionada acima, cuja liquidação terá que ser objeto de negociação particular.

15.2 — *A quantia e a natureza de elementos isolados dos rendimentos ou dos gastos cuja dimensão ou incidência sejam excecionais.*

Nenhum dos elementos isolados dos rendimentos ou dos gastos ocorridos no período tem dimensão ou incidência excecionais.

15.3 — *A proposta de aplicação de resultados ou, se aplicável, a aplicação dos resultados.*

É proposto que o Resultado Antes de Impostos, no valor de – 1.250,06 €, seja integralmente coberto pelos dois acionistas, na proporção que cada um detém no capital da empresa, nos termos do disposto no número 2 do artigo 40º da Lei 50/2012, de 31 de agosto.



Os 61,94 €, respeitantes ao imposto sobre o rendimento do período, deverão ser transferidos para Resultados Transitados.

15.4 — Outras divulgações.

a) Detalhe das contas de acréscimos e diferimentos

(valores expressos em euros)

Acréscimos e Diferimentos		Período 2023	Período 2022
Acréscimos de rendimentos	Serviços a faturar à CMM		
	Serviços prestados à CP	237.522,00	
	Serviços prestados a clientes diversos		419,81
	Totais	237.522,00	419,81
Acréscimos de gastos	Remunerações	8.340,75	12.177,00
	Juros	20.371,56	6.809,73
	Totais	28.712,31	18.986,73
Gastos a reconhecer	Seguros		
	...		
	Totais		
Rendimentos a reconhecer	...		
	Totais		

b) Artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais

O Conselho de Administração está bem ciente das condições em que a sociedade se encontra na perspetiva do Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, considerando o valor dos seus Capitais Próprios à data de 31/12/2023. Porém, não está em crise o pagamento dos passivos assumidos nesta data nem à data do Balanço, sendo certo que a dívida à CP terá de ser objeto de tratamento particular e especial.

Mirandela, 11 de março de 2024

O Conselho de Administração

António Luís Lourenço Furtado, s.d. p. l. v.

Victor António Gomes
O Contabilista Certificado